



# II Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro

11 a 13 de maio de 2016



- Título do Trabalho:

O trabalho do(a) Assistente Social na Saúde em Ouro Preto: na luta pela afirmação e fortalecimento do SUS.

- Nome do proponente:

Autor 1 - Kleber José Vieira

Autor 2 - Cristiane Maria Nobre

- Natureza do trabalho:

Resultado de Pesquisa.

- Eixo:

III: Serviço Social; Fundamentos; Formação e trabalho profissional.

Tema:

Formação Profissional.

- Formação e titulação:

Autor 1 - Assistente Social pela Universidade Federal de Ouro Preto. Mestrando no Programa de Pós-graduação em Saúde Pública da Universidade de São Paulo.

Autor 2 – Assistente Social pela Universidade Federa, de Ouro Preto. Especialização em Ações Institucionais e saúde Pública pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professor de 3º Grau, classe Assistente, nível 1, da carreira de magistério superior do quadro de pessoal da Universidade Federal de Ouro Preto.

- Telefone:

Autor 1 - (035)999248626

Autor 2 – (031)89391802

- E-mail:

Autor 1 - klebervieira@usp.br

Autor 2 - crisnobrejf@yahoo.com.br



# II Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro

11 a 13 de maio de 2016



## O TRABALHO DO(A) ASSISTENTE SOCIAL NA SAÚDE EM OURO PRETO:

Na luta pela afirmação e fortalecimento do SUS.

### Resumo

Este trabalho objetiva refletir sobre a atuação do(a) Assistente Social na Saúde Pública no município de Ouro Preto. Buscou-se ressaltar os limites e possibilidades da atuação profissional, tendo como referência o Projeto Ético Político da profissão no tocante ao fortalecimento, desenvolvimento e construção dos princípios da Política de Saúde no Brasil.

**Palavras-chave:** Saúde; Atuação profissional; Serviço Social.

### Abstract

This paper aims to reflect on the performance of(a) Social Work in Public Health in the municipality referred to above. It sought to highlight the limits and possibilities, with reference to the Political Ethics Project of the profession regarding the strengthening, development and construction of the principles of health policy in Brazil.

**Keywords:** Health; Professional performance; Social service.

## INTRODUÇÃO

Esta reflexão propõe discutir o trabalho do Assistente Social na política de saúde, como um espaço importante de atuação profissional, que vem sofrendo uma série de limitações nos últimos tempos em função dos ataques sofridos por esta política frente à hegemonia neoliberal, consolidada no país a partir dos anos 1990. Esta pesquisa se coloca na necessidade de conhecer melhor o Serviço Social, inserido na política de Saúde, em Ouro Preto/Minas Gerais, buscando refletir e discutir como tem sido feitas as articulações dos



# II Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro

11 a 13 de maio de 2016



profissionais em defesa da Política de Saúde e como tem se dado os limites da atuação profissional, nestes espaços.

A partir da identificação dos espaços sócio ocupacionais do Serviço Social, buscou-se tecer reflexões acerca do trabalho e da prática nos serviços disponíveis no município de Ouro Preto. Foram desconsiderados os distritos, devido ao tempo demandado para que as entrevistas fossem feitas e a dificuldade de locomoção até os serviços. Os dispositivos analisados foram a unidade de pronto Atendimento (UPA), Projeto Sorria e Núcleo de Atenção a Saúde da Família, totalizando sete profissionais<sup>1</sup>.

O objetivo principal a que se propôs este trabalho se baseou em como tem sido realizada a atuação dos(as) Assistentes Sociais nos espaços sócio ocupacionais em Ouro Preto, no tocante às dificuldades para que o mesmo seja efetivado, sugerindo possibilidades para que os serviços possam ser construídos de forma mais articulada, para que o acesso dos usuários aos serviços possa de fato ser alcançado.

Além do mais, se objetivou identificar junto aos Assistentes Sociais, como os mesmos percebem a ação profissional nas múltiplas expressões da Questão Social; na busca por verificar as propostas profissionais frente às demandas encontradas, e se as mesmas têm conseguido uma resolutividade;

Para que o processo mencionado acima fosse possível, tornou-se necessário fazer a contextualização histórica da Política de Saúde Pública numa perspectiva crítica, na procura por estabelecer e perceber as reais condições e garantias da legislação para o funcionamento dos serviços, identificando junto aos níveis de atenção à saúde as formas de estruturação e assistência do município, além do que, se tem a necessidade de estimular a participação dos usuários e da comunidade, para que se possam rastrear os limites e desafios da Política de Saúde, e assim, superar possíveis lacunas no sistema.

Para a realização deste estudo foi necessário uma pesquisa bibliográfica da trajetória da Saúde no Brasil, o trabalho do Assistente Social na saúde, e também se realizou um questionário padronizado para cada uma das cinco profissionais que se propuseram a participar. A pesquisa aborda temas como: reforma sanitária e seus movimentos da luta pelo direito à saúde, as articulações necessárias para que a rede possa se efetivar e a constituição histórica da política de saúde ao longo dos séculos XX e XXI.

---

<sup>1</sup> A ONG Sorria possui 1 Assistente Social; Núcleo de Atenção à Saúde da Família possui 5 Assistentes Sociais e a Unidade de Pronto Atendimento possui 1 Assistente Social.



Conselho Regional  
de Serviço Social / RJ  
www.cressrj.org.br

# II Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro

11 a 13 de maio de 2016



A pesquisa de campo foi baseada em um questionário estruturado, englobando questões que envolvem a atuação dos profissionais, objetivando conhecer como tem sido o trabalho do Assistente Social, nas unidades de saúde da cidade de Ouro Preto/MG.

É preciso dizer ainda, que essa pesquisa tem o intuito de colaborar com questionamentos a respeito da saúde no município de Ouro Preto como um espaço de atuação do (a) Assistente Social, no sentido de defesa desta atuação enquanto uma Política Pública de direito, alicerçada nos princípios da universalidade, equidade e integralidade, estes que são norteadores do Sistema Único de Saúde. A realidade dos Ouro-pretanos não é diferente do que se tem visto na sociedade como um todo, dessa forma é urgente a necessidade de um profissional do Serviço Social mais crítico e com forte embasamento teórico. Além do que, é de fundamental importância para o alcance dos objetivos da profissão que haja uma reflexão e crítica da sociedade, onde as atividades desenvolvidas sejam pensadas e analisadas em sua totalidade.

## **Trabalho Profissional dos Assistentes Sociais nos Serviços de Saúde: a realidade de Ouro Preto**

Para se entender o exercício profissional do Serviço Social como Política de Saúde inserida na Saúde, primeiramente é importante lembrar sobre a gênese da profissão, esta que surge na década de 1930, devido o acirramento das expressões da Questão Social no período do Capitalismo Monopolista<sup>2</sup>. O mesmo que tem em sua base condutas assistencialistas e filantrópicas, com um “alicerce” da doutrina social da Igreja Católica; ou seja, nasce como resposta ao acirramento das contradições capitalistas em sua fase Monopolista, para o “controle” da classe trabalhadora e a legitimação dos setores dominantes e do Estado.

Partindo do pressuposto acima, se pode dizer que no decorrer do reconhecimento da Saúde como um processo resultante das condições culturais, sociais, políticas e econômicas, o Serviço Social se adentra no conjunto de profissões que buscam identificar e avaliar todas as causalidades pertencentes ao processo saúde/doença. Ademais, a importância da atuação deste profissional se estabelece também pela conversão do método de gestão da política discutida, logo que, a mesma passou a ter o seu cunho político e administrativo

---

<sup>2</sup> O Capitalismo dos Monopólios é a fase que sucede a fase do capitalismo concorrencial, nesta fase é necessária uma “exportação dos capitais”. Neste, ocorre à centralização e concentração ainda maior do capital (NETTO, 1992).



# II Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro

11 a 13 de maio de 2016



descentralizado, tática esta essencial para tratar as questões ligadas ao contexto da Política de Saúde.

Compreende-se que cabe ao Serviço Social – numa ação necessariamente articulada com outros segmentos que defendem o aprofundamento do Sistema Único de Saúde (SUS) – formular estratégias que busquem reforçar ou criar experiências nos serviços de saúde que efetivem o direito social à saúde, atentando que o trabalho do assistente social que queira ter como norte o projeto ético político profissional tem que, necessariamente, estar articulado ao projeto da reforma sanitária. (BRAVO & MATOS, 2004, p.13).

Nesta abrangência a Saúde possui um fator bastante peculiar em relação a outras políticas públicas, já que, ela se constrói a partir de um conceito ampliado, onde através da Lei 8080/1990 se pode situar condicionantes que nortearam e ainda norteiam tanto o governo quanto a população do que se tornaria e englobaria esta legislação, causando impactos tanto no social, quanto no econômico, político e cultural de nosso país.

Art. 3º A saúde tem como fatores determinantes e condicionantes, entre outros, a alimentação, a moradia, o saneamento básico, o meio ambiente, o trabalho, a renda, a educação, o transporte, o lazer e o acesso aos bens e serviços essenciais; os níveis de saúde da população expressam a organização social e econômica do País. (Lei 8080/1990)

Nessa proposta, os Assistentes Sociais devem ter uma atuação profissional que vá ao sentido de enfrentar as manifestações da questão social, esta que é alocada por diversas manifestações, entre elas as desigualdades sociais que em decorrência de um processo exploratório e excluído acabam por auxiliar diretamente o capital a se sobressair a lógica do detrimento da viabilização dos direitos. Nessa proposta, os Serviços de Saúde foram criados em suas mais diversas possibilidades, no sentido de atender dos mais básicos aos mais complexos casos existentes na sociedade (CFESS, 2009).

Em relação ao trabalho realizado pelo Serviço Social na Saúde Pública no município de Ouro Preto é pertinente ressaltar que particularidades se dão em uma cidade de pouco mais de 70 mil habitantes, ou seja, uma cidade de pequeno porte, com uma conjuntura política que possui um viés bastante assistencialista e por uma prática política calcada no paternalismo e no coronelismo. Estas identidades da cidade trazem em seu interior uma perspectiva que vai contra todo o ponto de vista que o projeto do Serviço Social se propõe a fazer na teoria e na prática (práxis) profissional.

A partir do que foi dito acima, este trabalho teve como instrumento principal de coleta de dados um questionário, acreditando ser a melhor opção para compreender todo o objetivo proposto e analisar através das questões abordadas questionamentos que pudessem dar margem ao entendimento do profissional quanto a profissão e à Instituição de Saúde que o emprega, caracterizando questões da prática do cotidiano profissional, através de



# II Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro

11 a 13 de maio de 2016



embasamentos teóricos metodológicos, perfil do profissional, formação profissional, entre outros fatores, na perspectiva de evidenciar os limites e possibilidades da prática do(a) Assistente Social na Política de Saúde da cidade de Ouro Preto.

É importante advertir que a contemplação do eixo da formação profissional se dá a partir da relação entre a teoria e a prática, onde autores e temáticas abordadas em sala são relacionados à atuação do Assistente Social, visando uma prática completa e competente, que atinja seus objetivos.

Para muitos profissionais na prática a teoria é outra (...) “não no sentido de reconhecer que uma outra lógica ou racionalidade esteja presente no espaço sócio-ocupacional, mas porque o conhecimento válido é aquele que advém de sua experiência como sujeito singular que anuncia a verdade de um objeto singular. (COELHO, 2011, p.27)  
(...) na prática, o fazer profissional não é o fazer profissional que é transmitido durante o processo de formação, para o qual requer o acionamento de recursos teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos (COELHO, 2011, p.28).

Foram ouvidas cinco Assistentes Sociais inseridas na Política de Saúde em Ouro Preto, nos dispositivos da Unidade de Pronto Atendimento, Núcleo de Assistência a Saúde da Família e Organização não governamental Projeto Sorriso<sup>3</sup>.

Além do mais, os limites que mais se destacaram nos questionários estão pautados na falta de tempo para atender a demanda dos usuários, já que, a maioria dos profissionais possui uma carga horária de 20 a 30 horas, todavia atende mais de um serviço; a falta de recursos também foi colocada como um dos fatores que mais atrapalham na prática destes profissionais, pois pensar as políticas e programas de Saúde Pública sem recurso tanto humano quanto financeiro é sem dúvida uma forma de precarizar e não avançar na demanda dos usuários.

Outro fator a ser mencionado é a falta de estrutura planejada para atendimento aos usuários, pois alguns profissionais relataram não ter sala para possibilitar uma escuta qualificada e principalmente atender eticamente os usuários que ali procuram, e por fim, foi questionada a falta de colaboração dos órgãos municipais quanto às demandas apresentadas

---

<sup>3</sup> Ressalto que foram feitas várias tentativas de contato com outras profissionais que atuam na rede de Saúde do município, porém as mesmas não demonstraram interesse ou relataram não ter tempo para o processo ao qual solicitei. Sempre foi enfatizado o quanto este trabalho seria importante tanto para a profissão quanto para a Política de Saúde do município, esta posição em muitas ocasiões é marcada pelo receio do profissional em poder ser demitida (o) caso coloque as limitações da Instituição ou até mesmo a falta de acesso ou precarização do serviço. Desta forma, não foram contemplados nesta pesquisa a Santa Casa da Misericórdia e também algumas profissionais do Núcleo de Assistência a Saúde Família.



# II Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro

11 a 13 de maio de 2016



pelos profissionais, já que, na maioria dos casos são feitas várias solicitações, mas o empregador público atende de forma mínima ou não acolhe o que foi solicitado.

Mais um quesito importante a ser refletido é a questão do vínculo empregatício das profissionais, das cinco que participaram do processo nenhuma possuía cargo público efetivo, todas estão empregadas através de processos seletivos sem qualquer forma de garantia de direitos ou continuidade dos serviços prestados. Neste sentido, observamos que a realidade pública municipal não se difere de outros espaços laborais conforme já destacado.

Segundo pesquisa realizada por Delgado (2010), com jovens assistentes sociais graduados no período 2003-06, nos Estado de Minas Gerais e Rio de Janeiro, revela que as consequências mais desastrosas das transformações societárias no âmbito do Serviço Social apontam para a "perda ou precarização do espaço ocupacional - sobretudo para aqueles que procuram seu primeiro emprego, uma vez que parcela significativa da categoria, anteriormente empregada, ainda goza de estabilidade no emprego" (2010: 3). Os dados sobre condições de contratação, remuneração e trabalho dos jovens assistentes sociais permitem constatar para quase 50% dos respondentes "o aviltamento da precarização dos contratos de trabalho no interior da profissão, seja por contratos temporários, seja por ausência de vínculo empregatício, ou travestidos de profissionais autônomos" (RAICHELIS, 2010, p. 431).

Nesse cenário, se torna necessário fazer uma interlocução entre o trabalho do Assistente Social com a Política de Saúde, já que ambos estão ligados e buscam um enfrentamento das desigualdades e refrações da questão social evidenciadas no modo de produção capitalista, sendo de suma importância uma ação que busque tornar o usuário um sujeito de direitos e de emancipação política, civil e social.

Ainda de acordo com Matos (2013, p. 55), tem sido pedido pelos profissionais que atuam no serviço de saúde, uma orientação dos Conselhos Federal e Regional no Serviço Social com o intuito de esclarecer aos gestores dos serviços, o que de fato o(a) Assistente Social pode e deve fazer em sua atuação profissional. Esta realidade é também uma problemática evidenciada pelos profissionais nos questionários, pois a partir do processo histórico e das múltiplas expressões de ação profissional ainda se tem muito desconhecimento do que vem a representar e quais são as atribuições do(a) Assistente Social na esfera da saúde; "Atuo em todas as redes através do telefone, a questão da Previdência é bem marcante, pois pessoas e nem a gestão em muitos casos não entendem a política e precisam ser orientadas cotidianamente"(Entrevistada 4).

Algo que chamou bastante atenção também foi o quanto as profissionais buscam se atualizar profissionalmente, todas possuem algum curso de pós-graduação ou especialização na área, e dizem manter uma intervenção profissional baseada em autores de referência da profissão como José Paulo Netto, Marilda Yamamoto, Yolanda Guerra e Vicente Faleiros.



# II Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro

11 a 13 de maio de 2016



Esta reflexão é bastante importante para a atuação profissional, pois é através dos autores acima, dentre outros que o Serviço Social tem se estabelecido numa conjuntura crítica e reflexiva.

De tal modo, os profissionais pesquisados relataram estar satisfeitos com a carreira que escolheram, principalmente quando conseguem o acesso dos usuários às políticas existentes, já que, a luta para que o sistema seja fortalecido também é parte fundamental da ocupação do Serviço Social, haja vista que, os princípios e desafios por uma sociedade mais igualitária não é uma utopia, e sim uma prerrogativa do projeto ético político profissional, e isso se expressa na intervenção direta dos profissionais que lutam pela realização do SUS diariamente, pois pensar uma ação direta que busque abarcar toda a população como está colocado nas legislações para os que defendem o mercado privado, pode ser algo inviável ou uma ilusão dos movimentos e defensores da Política de Saúde Pública, contudo se todas as profissões de Saúde forem voltadas à uma intervenção que seja igualitária com qualidade e recursos numa visão ampliada de saúde, a chance de se alcançar as possibilidades e potencialidades do sistema público seriam inevitáveis e isso consistiria em uma vitória traga desde o movimento da Reforma Sanitária.

Saúde não é simplesmente não estar doente, é mais: é um bem estar social, é o direito ao trabalho, a um salário condigno; é o direito a ter água, à vestimenta, à educação, e até, a informação sobre como se pode dominar o mundo e transformá-lo. É ter direito a um meio ambiente que não seja agressivo, mas que, pelo contrário, permita a existência de uma vida digna e decente; a um sistema, político que respeite a livre opinião, a livre possibilidade de organização e de autodeterminação de um povo. É não estar todo tempo submetido ao medo da violência, tanto daquela violência resultante da miséria, que é o roubo, o ataque, como a violência de um governo contra o seu próprio povo, para que sejam mantidos os interesses que não sejam os do povo (AROUCA, 1989, p.36).

Os apontamos colocados acima descrevem o SUS e a Política de Saúde como um sistema com muitas dificuldades e isto é uma realidade da conjuntura do Brasil. Todavia, observamos que o Assistente Social na saúde, ainda alicerçado na vertente hegemônica da profissão, tem buscado se aprimorar e trabalhar visando fortalecer uma concepção de saúde não somente como a cura de enfermidades, ou num modelo centralizado no médico, haja vista que, se torna extremamente necessário descobrir e tratar todos os determinantes sociais dos indivíduos, forma esta que carece de um estudo e intervenção que possam abordar questões de forma a usar das Legislações Públicas para abarcar estes sujeitos e suas demandas.

Entendemos que mesmo com todas as formas de precarização os(as) Assistentes Sociais devem buscar em sua prática, lutar frequentemente pela democratização dos usuários



# II Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro

11 a 13 de maio de 2016



aos seus direitos e instigar os mesmos a atuar em todas as esferas da Saúde no intuito de participar ativamente das discussões e definições desta Política..

## CONCLUSÃO

Ademais, a crítica que se propõe esta pesquisa tem a tentativa de trazer benefícios para o próprio conjunto dos profissionais, que estão em acordo mútuo com o histórico das lutas e as necessidades sociais da classe trabalhadora, destacando os desafios e as possibilidades de uma mudança no quadro atual.

É pertinente ressaltar que, para a construção desta pesquisa, procurou-se centrar no modo de abarcamento da realidade, no intento de resgatar todo o exercício profissional em concomitância ao Projeto Ético Político e da Lei de Regulamentação Profissional, pois a realidade se mostra essencialmente contraditória e em permanente movimento e transformação, o que requer deste profissional um conhecimento que possa dar conta de entender, criticar e se posicionar na realidade da sociedade.

Em função do exposto, cabe aqui ressaltar a interface entre os princípios norteadores do Movimento Sanitário e os fundamentos do projeto profissional do Serviço Social, que carrega o compromisso com os interesses da classe trabalhadora, com o aprofundamento de direitos e consolidação da cidadania. Os valores e princípios norteados do Movimento Sanitário expressam um forte caráter democrático na defesa da Saúde enquanto um direito de cidadania garantindo o acesso universal e a participação da sociedade na gestão e controle da política social. Portanto, os valores que atravessam o Código de Ética, a Lei de Regulamentação da Profissão e as Diretrizes Curriculares da ABEPSS e conformam o Projeto Ético-Político do Serviço Social convergem com os princípios que norteiam o Projeto da Reforma Sanitária e estão expressos no Relatório Final da 8ª Conferência de Saúde e nas determinações na Constituição federal de 1988 (BRAVO e MATOS, 2006).

A razão de todo este processo mencionado acima, se dá na perspectiva ao longo da história, de que o Estado capitalista se configura de diversas formas, visando acompanhar e garantir as ações do capital. Desta maneira, as expressões da desigualdade social necessitaram e ainda necessitam de diferentes respostas, que se basearam em momentos repressivos ao longo do século até a implantação de ações que a exemplo das Políticas Públicas permitiram vislumbrar um maior compromisso com o mais extenso conjunto da sociedade: a classe trabalhadora.



Conselho Regional  
de Serviço Social / RJ  
www.cressrj.org.br

# II Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro

11 a 13 de maio de 2016



Para que se fosse compreendido todo o processo de implantação das Políticas Públicas, foi necessário entender que o Brasil possui particularidades de um capitalismo de desenvolvimento tardio, onde a formatação das políticas sociais teve o sentido de atender a outros interesses, estes que se se entrelaçam no viés da ordem burguesa, em detrimento daqueles que envolvem a grande maioria da população. Portanto, as políticas sociais, principalmente a Saúde, por si só, não podem ser um cenário mantido como um aparelho de libertação, mas pode e deve constituir-se em um espaço de lutas para tudo o que envolver as condições de vida da população.

Inseridos nesta conjuntura, o(a) Assistente Social se insere na sociedade capitalista a se enquadrar na participação ativa na reprodução das relações sociais, compreendendo, assim, como parte intrínseca da divisão social e técnica do trabalho. Desta forma, cabe notar que o Serviço Social está diante das contradições presentes na sociedade, onde se tem uma intensificação do trabalho preconizado, e na maioria das vezes o profissional é levado apenas a dar conta da demanda imediata, não restando condições materiais e espirituais para reflexão de sua prática.

Entretanto, uma vertente possível, se dá no momento em que os Assistentes Sociais podem estabelecer intercessões entre a necessidade de debates cotidianos presentes nos serviços onde se encontram inseridos, e as demandas reais da população, no entanto, é indispensável que se leve em conta também o espaço pelo qual se dá a inserção, pois cada instituição carrega em si seus limites e particularidades.

Também, foram proporcionadas discussões em relação as atuais dificuldades diante do aprofundamento das desigualdades e enfermidades do SUS, apontando para a imprescindível necessidade do fortalecimento do projeto ético-político do Serviço Social na busca por tornar vivo e atuante as diretrizes e os princípios que partiram da Reforma Sanitária e que trazem como única alternativa possível à reconstrução de um melhor sistema de saúde.

Ademais, concluiu-se que, na área da saúde, os Assistentes Sociais vêm lutando diariamente na finalidade de garantir uma boa qualidade nos atendimentos, contudo, ao se darem conta do agravamento das expressões da questão social, e a precariedade das instituições de Saúde no geral, estes profissionais estão sendo requisitados para amenizarem os conflitos pelos quais toda essa ordem vigente vem causando, o que tem aumentado as condições de precariedade desta população que busca atendimento, ressaltando que esta realidade não pertence somente a Ouro Preto, mas é um fato na política de Saúde e nos espaços de empregabilidade do Serviço Social.



# II Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro

11 a 13 de maio de 2016



Com os apontamentos ao longo deste trabalho, foi possível perceber que a Saúde no contexto brasileiro possui uma trajetória assinalada pela contradição e desigualdade, haja vista que, a disputa de interesses se faz presente no modo de produção capitalista, assumindo diferentes aspectos e se expressando também no âmbito da relação de cada sociedade como é o caso das Políticas Sociais.

Foi possível compreender também através deste trabalho que, os(as) Assistentes Sociais acreditam identificar a demanda que chega aos serviços, todavia os agravantes desta atuação estão vinculados a processos humilhantes nos quais a população está vivenciando, devido aos determinantes da economia sobre a condição das políticas sociais que vigoram no país. Dessa forma, os recursos materiais para a viabilização dos direitos tanto na cidade pesquisada quanto num contexto geral estão sendo reduzidos, o que torna mais difícil a superação e utilização de programas e ações de Saúde.

Ainda se pode perceber que os profissionais que se propuseram a participar da pesquisa, possuem um amparo bibliográfico crítico, o que é bastante positivo para as discussões e aprofundamentos das questões demandadas pelos usuários. Todavia as maiores dificuldades estão na possibilidade de construção de formas de acesso aos recursos e informações sociais, visto que, se pode identificar que esses profissionais estão apenas abordando medidas fragmentadas e ou imediatas, isto é, tentando apenas sanar a deficiência momentânea devido principalmente a falta de recursos.

É cabível também relatar que ocorrem construções para além dos atendimentos dos serviços, estas que são formadas a partir das contradições existentes na Política de Saúde, onde se tem grande importância o trabalho coletivo como espaço de força de trabalho a ser considerado para a superação de obstáculos e o enfrentamento dos muitos desafios que se colocam em todas as áreas dessa política. Este exercício coletivo tem como intuito de estabelecer novas relações sociais nas práticas de Saúde, trabalho este que pode ser desenvolvido através de equipes multidisciplinares e interdisciplinares.

Segundo Vasconcelos (2011), outra possibilidade importante se dá na mobilização e na participação social, ação esta que se articula com movimentos sociais, tanto para fortalecer os fóruns e/ou conselhos, como para estabelecer relações com determinadas demandas institucionais, ou ainda para discutir a política de saúde e traçar alternativas para a garantia dos direitos sociais.



# II Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro

11 a 13 de maio de 2016



Para encerrar essa discussão, é pertinente apontar que de acordo com Bravo e Matos (2006), não se possuem resultados prontos para o embasamento de um projeto democrático e a sua defesa não pode nem deve ser exclusiva apenas da categoria profissional. No entanto, é imprescindível que enquanto profissionais sejamos capazes de responder às exigências postas pelos espaços sócio-ocupacionais, buscando as referências da intervenção no Projeto Ético-Político da profissão, se direcionando pela defesa do projeto societário de inspiração democrática na busca pela viabilização do acesso.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AROUCA, A.S.S. **Saúde e democracia. Anais 8ª Conferência Nacional de Saúde**, 1986. Brasília: Centro de Documentação do Ministério da Saúde, 1987.

BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Brasília, DF: [s.n], 1990. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L8080.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8080.htm)>. Acesso em: 21 mar.2016.

BRAVO, M. I. S.; MATOS, M. C.. **Projeto Ético-Político do Serviço Social e sua relação com a Reforma Sanitária: Elementos para o Debate**. Capítulo 03. Editora Cortez, 2004.

COELHO, Marilene A. **Imediaticidade na prática profissional do assistente social**. In: Serviço Social: temas, textos e contextos. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

MATOS, M. C. de. **Serviço social, ética e saúde: reflexões para o exercício profissional**. São Paulo: Cortez, 2013.

NETTO, J. P.; BRAZ M. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1992.

NOGUEIRA, Vera Maria ribeiro; MIOTO, Regina Célia Tamasso. **Desafios atuais do Sistema único de Saúde – SUS e as exigências para os Assistentes Sociais**. Disponível em: <[www.fnepas.org.br/pdf/servico\\_social\\_saude/texto2-4.pdf](http://www.fnepas.org.br/pdf/servico_social_saude/texto2-4.pdf)>. Acesso em: 21 mar. 2016.

RAICHELIS, R. **O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente às violações de seus direitos**. Serv. Soc. Soc.2011, n.107, pp. 420-437. ISSN 0101-6628. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0101-66282011000300003>> Acesso em 14 de janeiro de 2016.

VASCONCELOS, A.M. **Serviço Social e Práticas democráticas**. In: Bravo e Pereira. Política Social e Democracia. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: UERJ, 2001. p. 113-138.